

Planos de Carreira: a luta agora é pelo enquadramento

Sindicato avalia que Governo terá condições de implantar os Planos já em setembro

Foto: Lenilton Lima



A votação dos planos na Assembleia Legislativa, foi acompanhada de perto pelo sindicato e pela categoria

A aprovação de seis Planos de Carreira da base do Sinai dá um novo alento a alguns setores do funcionalismo público estadual. Os Projetos de Lei da Emater, DER, Idema, IDIARN, JUCERN e Administração Direta. É bem verdade que alguns possuem falhas e cometem injustiças, que infelizmente atendem às questões de ordem administrativa.

Os projetos aprovados definem as carreiras, bem como novos patamares salariais para alguns setores do funcionalismo, que nos últimos 16 anos foram relegados pelo Governo.

Conquistas

O presidente do Sinai, Santino Arruda, lembra que essas conquistas não vieram de graça. São fruto da luta da categoria através do SINAI/RN.

Leia mais na Pág.3

Veja nesta edição:

FUNDAC

Fundação não consegue resolver problemas emergenciais

Pág.4

GREVE

Servidores do Detran continuam em greve por tempo indeterminado

Pág.5

JUCERN

Presidente da JUCERN coloca servidores à disposição de outro órgão, mas a Junta é quem paga a conta

Pág.7

Prestação de contas

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA DO RN - SINAI

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

Receitas e despesas mês Junho de 2010

RECEITAS			
	Mensalidade Sindical.....	R\$	40.647,85
	Rendimento da poupança.....	R\$	1.080,87
	Honorários proc. 04-856-96.....	R\$	18.236,06
	TOTAL.....	R\$	59.964,78
DESPESAS		VALOR	
01	ASSESSORIA JURIDICA	R\$	6.550,91
02	ASSESSORIA DE IMPRENSA	R\$	2.100,00
03	ASSESSORIA CONTABIL	R\$	1.076,90
04	FOLHA DE PESSOAL	R\$	3.555,08
	SUB. TOTAL.....	R\$	13.282,89
05	VALE TRANSPORTE (funcionários + dirigentes)	R\$	1.077,60
06	FUNDO FIXO SEDE NATAL (DESPESA DE PEQUENO VALOR)	R\$	2.055,74
07	COMBUSTÍVEL (2 CARROS E 1 MOTO)	R\$	471,67
08	MANUTENÇÃO DA PISCINA (SEDE)	R\$	100,00
09	MENSALIDADE INTERSINDICAL (MAIO)	R\$	809,26
10	* DESP. C/ SOLENIIDADE DE POSSE DA NOVA DIRETORIA	R\$	8.264,00
11	* DESP. C/ CUSTAS PROCESSUAIS - Nº 001.08.030828-8	R\$	150,00
12	* DESP. C/ TRANSLADO DOS DELEGADOS DO CONCLAT	R\$	1.590,00
13	* DESP. C/ ASSEMBLEIAS DA EMATER E FUNDAC - CAMPANHA SALARIAL	R\$	6.291,83
	TOTAL.....	R\$	34.092,99
Receitas.....		R\$	59.964,78
Despesas.....		R\$	34.092,99
Saldo do mês.....		R\$	25.871,79

PRESTAÇÃO DE CONTAS - PRECATÓRIOS PAGOS PELO SINAI

RT 04-856-96.....SINAI x Fund. José Augusto	
Crédito parcela 8/12.....	R\$ 299.945,91
Repasso aos reclamantes no mês....	R\$ -
Honorários Advocatícios Sindicais....	R\$ 60.786,86
A repassar aos reclamantes.....	R\$ 239.159,05

LEGENDA: * despesa de caráter não-permanente.

Natal/RN, 30 de JUNHO de 2010.

SANTINO ARRUDA SILVA TEREZINHA DE C. R. FILHA FRANCISCO ANTÔNIO DUARTE
Presidente Contadora Tesoureiro

Artigo

REORGANIZAÇÃO: CONCLAT funda nova central sindical e popular Mas a Intersindical rompeu com o congresso após votação democrática e legítima

O Conclat – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – foi um evento importantíssimo para o conjunto dos movimentos sindical e popular que participaram da sua construção. O número de participantes (3115 delegados/as), a representação sindical (aproximadamente 3 milhões de trabalhadores/as) e popular (71 movimentos populares de 12 estados) ali reunidos não deixam dúvidas da importância do Congresso.

A organização do Congresso foi definida consensualmente, a partir das resoluções do Seminário Nacional realizado em novembro/2009 e pela Coordenação constituída, coordenação esta de que a intersindical fazia parte desde o princípio. O objetivo fundamental do Congresso era avançar na unidade das entidades que compunham a Coordenação.

Nesses dois eventos citados o Sinaí participou com delegações que tinham integrantes da direção do sindicato e da oposição. Todos nós tínhamos conhecimento de que as diferenças que persistissem seriam definidas por votação dos/as delegados/as presentes. Foi esse o acordo entre todas as organizações que permitiu a convocação do Congresso. Em nenhum momento, qualquer uma das organizações declarou que não aceitaria votação de algum tema polêmico, como pode ser demonstrado pelo próprio Regimento do Congresso, apresentado consensualmente pelas entidades convocantes.

O Conclat se instalou e cumpriu a sua pauta até o final, iniciando com a abertura política, a defesa das teses, trabalhos em grupo até a plenária final de votação das resoluções.

Os/as delegados/as aprovaram as resoluções de conjuntura, plano de ação e a fundação de uma central sindical e popular, deliberando sobre as divergências ainda pendentes de organização da entidade: composição, estrutura e formato das instâncias de direção e nome.

A retirada do plenário de uma parte dos/as delegados/as, em que estavam os companheiros da Intersindical quando da abertura do processo para eleição da Secretaria Executiva, resultou num duro golpe ao processo construído, constituindo-se numa derrota do esforço que todos/as haviam realizado para a realização do Congresso.

Lamentamos profundamente a atitude tomada pelos/as companheiros/as que se retiraram e a consideramos um erro, portanto discordamos do artigo do companheiro Santino no último jornal do Sinaí, que responsabiliza a Conlutas, ou sua

maioria, por travar o referido processo. Não foi a Conlutas que travou o debate, mas a Intersindical que não cumpriu com as regras do congresso, definidas com bastante antecedência, através do Seminário e da comissão de reorganização.

Diante dessa situação, junto com a maioria das delegações, encaminhamos o Congresso até o final, elegendo uma Secretaria Executiva Nacional Provisória, responsável por encaminhar o plano de ação votado e as demais resoluções do Congresso, a estruturação e organização da Central, bem como a luta pela unidade dos lutadores numa mesma organização nacional.

Assim o fizemos porque essa é uma necessidade de nossa classe, que segue sendo fortemente atacada pelos governos e pelo patronato e necessita da unificação de todos que estejam dispostos a se enfrentar com essa situação, com independência frente aos governos e à burguesia.

Entendemos que a democracia é um valor fundamental nessa organização. Todos os debates podem e devem ser feitos, bem como todos os acordos possíveis devem ser valorizados. A experiência de construção do Conclat demonstrou a vitalidade do nosso movimento: foram cerca de 900 assembleias realizadas em todo o país, reunindo milhares de trabalhadores e trabalhadoras. Para garantirmos o debate, é preciso que as diferenças sejam decididas pelas instâncias da Central.

Não existe outra forma possível de funcionamento em qualquer organização de frente única. A unidade na ação será garantida por um programa comum, democracia nas discussões e unidade no encaminhamento das resoluções votadas em maioria, quando não for possível o consenso.

Apesar de tudo, a Central foi construída. Não com a abrangência que defendemos, mas temos uma ferramenta para as lutas de nossa classe, dos estudantes, das mulheres, dos negros, GLBT (setores oprimidos). Continuaremos na luta pela unidade com os companheiros que romperam no congresso, que haja uma reflexão sobre as tarefas que temos na construção de um movimento sindical e popular combativo, classista e socialista, na defesa dos interesses de nossa classe no plano dos salários, direitos, previdência, educação, saúde, reforma agrária, entre outros e, principalmente, na luta estratégica pelo Socialismo.

Alexandre Guedes Fernandes
Trabalhador do Detran e delegado ao CONCLAT



Filiado à
INTERSINDICAL

Órgão Informativo do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Indireta do RN

Rua Leonardo Drumond, 1661, Lagoa Nova
Cep: 59075-210 - Natal/RN - Fone: (84) 3206-1851
E-mail: sinairn@hotmail.com
Site: www.sinairn.com.br

Base: CEASA, DATANORTE, DER, DETRAN, EMATER, EMPARN, FUNDAC, FJA, IDEMA, IPERN, SEARA, JUCERN, IDIARN, EMPROTUR e CEHAB.
Administração Direta (SAPE, SEARH, SIN, SEPLAN, SETHAS, SEJUC, SEARA, GAC, SEMARH, SEDEC, SETUR)

Coordenação Regional do Médio Oeste
Rua Luiz Ludugero, 0026 – Abolição II – Telefax: (0**84) 3321.1271
CEP: 59.612-150 - Mossoró/RN.
E-mail: sinai-mos@hotmail.com

Coordenação Regional do Seridó - Caicó/RN
Rua Otávio Lamartine, nº 643 - Sala 102 - 1º andar - Centro - Edifício Aroldo Cardoso de Araújo - CEP: 59300-000 - Caicó/RN - Fone: (0**84) 3421-2999
E-mail: sinaiserido@hotmail.com

Presidente:
Santino Arruda Silva

Vice-presidente:
Edilson Peres dos Santos

Secretária Geral:
Geiniza Maria F. Sarmento
Primeiro Secretário:
João Batista dos Santos

Tesoureiro Geral:
Francisco Antônio Duarte

Primeiro Tesoureiro:
Jaime Fernandes da Cruz Júnior

Dep. de Formação Sindical:
Maria Sineide da Silva Lima
Maria das Graças Pereira da Silva

Dep. de Imprensa e Comunicação:
Romildo Pompeu de Queiros

Euzamar Mesquita de Figueiredo

Dep. de Adm. Patrimônio e Informática:
Eliel Elias Bezerra
Itamires T. de Oliveira

Dep. de Cultura, Esporte e Lazer:
José Edmilson de Lima
Hercílio Barros Barbosa

Dep. de Assuntos Jurídicos:
José Nilson Bezerra
Áurea Gomes de Miranda

Dep. de Políticas Sociais:
Djalma Siqueira da Silva
Mária A. Ferreira Paz

Dep. da Mulher Trabalhadora:
Zilta Nunes de Oliveira
Mária Assis da Silva



Propaganda - Jornalismo - Consultoria

Fone/fax: (84) 3212-2388
E-mail: elequatro@uol.com.br

Jornalista responsável:
Leilton Lima - DRT/RN 579
Gisélia Galvão - DRT/RN 672

Diagramação:
Marknilson Barbosa

Revisão:
Silvaneide Dantas

PCCR

Governo vincula enquadramento dos Planos à LRF e categoria cobra data para pagamento

O Sindicato já encaminhou um ofício ao Governo do Estado, solicitando audiência

O entendimento com o Governo para o encaminhamento dos Projetos tem como ressalva a Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo os representantes do Governo essa Lei pode dificultar o pagamento dos novos valores dos Planos.

A outra ressalva é o Limite Prudencial. Contudo, a direção do Sindicato não acredita que isso seja um real empecilho à conquista. Em 2005 a situação era a mesma, mesmo assim, o Governo implantou os Planos do Magistério Estadual e da Saúde. O mesmo ocorreu

também com categorias da base do SINAI, como é o caso dos planos do IPERN e da Fundac, no ano de 2009.

Audiência

No último dia 27, o Sindicato encaminhou um ofício ao Governo do Estado, solicitando uma audiência com o Governador Iberê Ferreira de Souza.

O objetivo da audiência é definir as datas para pagamento dos Planos aprovados este ano, pedindo que essa audiência aconteça, preferencialmente, até o próximo dia 25 de agosto.



Foto: Lenilton Lima

Servidores acompanharam atentamente votação dos Planos

Aprovados os Planos de Carreira da Ceasa e da EMPARN

SINAI espera que sejam implantados agora em setembro

Os Planos de Carreira dos trabalhadores da Ceasa e da Emparn foram aprovados pelos Conselhos de Administração das duas empresas.

O Plano da Ceasa está pronto desde 2007, já o da

EMPARN, desde 2008. Ambos estão defasados há pelo menos dois anos e meio. Isso quer dizer que será preciso lutar pela reposição das perdas dessa defasagem na pauta da

campanha salarial de 2011.

Implantação

Os dois planos estão prontos para serem implantados ainda este ano. Para o Sinai a

perspectiva é de que ambos sejam implantados ainda em setembro deste ano. É que o Limite Prudencial é apurado quadrimestralmente, e em agosto já será feita a apuração do segundo quadrimestre.

Sindicato se prepara para garantir aplicação prática dos Planos de Carreira

Finanças do Estado serão monitoradas pelo DIEESE

Após a aprovação dos Planos, a direção do Sinai deu início à realização de uma série de assembleias na Capital e no Interior. O objetivo é discutir com a categoria e inteirá-la acerca da implantação e dos reflexos dos Projetos de Lei aprovados.

Para isso a direção do Sindicato deu início também a uma série de reuniões com o coordenador técnico do Dieese, Melquisedeque Moreira. O Sinai quer ter em mãos todos os elementos para tratar com o governo estadual, que insiste em vincular o pagamento das demandas da categoria à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fiscalização

O estudo feito pelo Dieese visa monitorar as finanças do Estado para que a ação sindical tenha subsídios plausíveis e legais nas negociações com o Governo.

Informação é uma arma fundamental para assegurar a implantação dessas conquistas. E é algo

difícil de se conseguir nesse governo. Para se ter uma ideia, o trabalho das comissões eleitas para fazer o projeto dos Planos foi tão sigiloso, que o Sindicato só teve acesso a alguns projetos quando foram encaminhados à Assembleia Legislativa.

Abono

Sindicato solicita oficialmente ao Governo abono de faltas dos servidores da Emater e do IDIARN

A direção do Sindicato, que já havia tratado, informalmente, o assunto várias vezes, estranhou a negativa do Governo

O Sinai encaminhou nos últimos dias um ofício ao Governo do Estado, solicitando ao Governador Iberê Ferreira que acate o abono das faltas das greves ocorridas em 2009.

Os servidores da Emater pedem o ressarcimento das faltas equivalente ao desconto de nove dias. Já os servidores do IDIARN querem o retorno do salário de seis dias, injustamente descontados.

A direção do Sindicato, que já havia tratado, informalmente, o assunto várias vezes, estranhou a negativa do

“As duas categorias aprovaram em suas respectivas assembleias que o Governador determine o abono das faltas, à época de suas greves.”

Governo porque havia um entendimento prévio de consenso com a Secretaria de Agricultura de abonar essas faltas. Inclusive, para a própria Secretaria esses servidores não devem nada.

Como o Sindicato teve o pedido negado, extraoficialmente, para os dois setores do funcionalismo, as duas categorias aprovaram em suas respectivas assembleias que o

Governador determinasse o abono das faltas na época de suas greves.

Justificativa

O presidente do Sinai, Santino Arruda, lembra que, no caso da EMATER, a última greve foi em decorrência do descumprimento de acordo formalizado pela direção da Autarquia no ano de 2008. “Além do mais, em algumas

regionais, as faltas foram colocadas pelos respectivos coordenadores, apenas em alguns grevistas, razão pela qual consideramos o procedimento injusto e intolerante”, pondera.

Já no caso da greve do IDIARN, sua direção, na época, não fez qualquer movimentação para corrigir o desnivelamento salarial a que estavam submetidos os funcionários do Instituto, sendo humilhante o nível remuneratório da categoria.

Agora, ainda que com muito atraso, a aprovação do Plano de Carreira corrigiu em parte, apesar de nem se saber ainda quando sairá seu enquadramento.

Promessa

Assessoria da Fundac não consegue cumprir promessa de resolver problemas emergenciais da Fundação

Sindicato agora exige falar diretamente com a presidente

A Assessoria da Fundac ainda não apontou nenhuma solução para os problemas de segurança e transporte dos trabalhadores da Fundação. A situação chegou a tal ponto que, em junho, os trabalhadores resolveram fazer uma “operação tartaruga”.

Diante disso, os representantes da direção da Fundação se prontificaram a resolver os problemas

“O problema é que não basta só ser atendido, é preciso ter autonomia para dar os devidos encaminhamentos e isso eles não têm.”

emergenciais, mas até agora nada foi feito. A direção do Sinai já se reuniu com os assessores por mais de uma vez para cobrar os

compromissos assumidos, mas de nada adiantou.

O presidente do Sinai, Santino Arruda, explica que os assessores técnicos

até recebem a direção do Sindicato. “O problema é que não basta só ser atendido, é preciso ter autonomia para dar os devidos encaminhamentos e isso eles não têm”, declara Santino.

Diante disso, no dia 13 de julho, os diretores do Sindicato se reuniram com os assessores e exigiram uma reunião diretamente com a gestora da Fundação, Graça Mota.

Greve

Servidores do Detran continuam em greve por tempo indeterminado

Categoria não aceita argumento do Governo de que está preso à Lei de Responsabilidade Fiscal

Os servidores do Detran/RN estão em greve desde o dia 12 de julho. A principal reivindicação é a reimplantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos servidores do órgão. O início da greve foi marcado por um ato público, que ocorreu em frente à sede do órgão.

Além do reenquadramento do PCCS, os funcionários reivindicam a realização de concurso público para contratação de novos servidores e melhorias nas condições de trabalho e nas estruturas físicas que abrigam os Detrans de Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros.

Paralisação

Para a direção do Sinaí, a paralisação foi resultado de uma negativa da administração do órgão, que enviou, no dia 9 de julho, um ofício informando sobre o não acatamento das exigências da categoria.

A resposta dada ao Sindicato é que ele não pode ser implantado devido ao fato de os gastos do governo estadual estarem acima do limite prudencial determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Contratação

Quanto à contratação de novos servidores, o presidente do Sinaí, Santino Arruda, afirma que essa discussão já é antiga. “Há seis

anos esperamos pela realização do concurso público. O Órgão precisa contratar trabalhadores com o objetivo de melhorar os serviços oferecidos ao público”, comenta.

A direção do Sindicato defende, ainda, a realização do concurso por criticar o número elevado de estagiários e cargos comissionados desempenhando atividades que, em tese, deveriam ser de competência de funcionários do quadro efetivo do órgão.

Cobrança

Por último, a categoria cobra do Governo mudanças nas condições de trabalho dos funcionários lotados nas unidades do Detran de Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros. Santino alega que, nesses municípios, os prédios do Órgão possuem estrutura física problemática, o que torna as condições de trabalho insalubres.

A negociação entre o sindicato e a direção do Detran data de mais de um ano. A última reunião de negociação aconteceu no último dia 22 de julho, mas as partes não conseguiram chegar a um consenso. Daí a continuidade da greve.



Fotos: Lenilton Lima



PCCS da JUCERN é mais um dos atos irresponsáveis de seu gestor

O plano aprovado contém graves distorções na projeção das carreiras. O quadro de tabelas usado não se equipara nem aos Planos da Administração Direta nem da Indireta

O encaminhamento do Plano de Cargos Carreira e Salários-PCCS dos trabalhadores da Junta Comercial do Estado do RN – JUCERN, nos moldes em que foi encaminhado para a Assembleia Legislativa, é mais uma das atrocidades que o diretor Ronaldo Resende comete com os servidores, declarou a secretária geral do Sinai, Geiniza Sarmento.

Até a penúltima reunião das tratativas dos Planos de Carreira da base do Sinai, a Junta não havia apresentado sequer uma proposta de Plano para seus servidores. Desde então a direção do Sindicato começou a indagar ao Secretário Chefe da Casa Civil, Leopoldo Rosado, se o presidente da Junta não havia mandado

nenhuma proposta de projeto de lei para o seu pessoal. Confirmada a inexistência do projeto, a direção do Sinai solicitou a Leopoldo que, na ausência de um Plano específico para os servidores da Junta, o projeto fosse feito pelo pessoal da Secretaria de Administração.

Chegou-se inclusive a sugerir que fosse cedido ao diretor o espelho de um dos Planos já prontos. O fato é que, mesmo concordando com o pedido, o presidente da Junta sequer enviou os dados

mínimos necessários para a confecção do Plano pelo pessoal da Secretaria de Administração, ainda que extemporaneamente.

Enquadramento

Segundo Geiniza, o Sindicato tentou ainda ver se era possível enquadrar os servidores da Junta no mesmo Plano da Secretaria de Administração. Tal foi a sua surpresa, quando no último dia que os projetos de lei poderiam ser encaminhados para serem votados no dia

seguinte, Ronaldo Resende apareceu com um Plano pronto para ser votado na Assembleia Legislativa.

O plano aprovado contém graves distorções na projeção das carreiras. O quadro de tabelas usado não se equipara nem aos Planos da Administração Direta nem da Indireta. Não prevê nenhum tipo de avaliação por tempo de serviço. Para se ter uma idéia, um técnico de nível superior que começa hoje com um teto salarial de R\$ 2.000,00 daqui a 35 anos se aposentará ganhando R\$ 2.379,62.

Reestruturação

Geiniza garante que a direção do Sinai vai aguardar o enquadramento do Plano nos moldes atuais e que o início do próximo ano já será marcado pela discussão da reestruturação desse Plano. “O que foi aprovado foi uma proposta que virou lei complementar. Nem o Sindicato nem os servidores tiveram a oportunidade de opinar”, declarou Geiniza. “O que foi apresentado para os servidores da JUCERN reflete a falta de vontade, o descaso do seu gestor. A proposta de reestruturação desse Plano é, no mínimo, uma questão de dignidade e respeito para com esses servidores, sem contar com a população, que é atendida por esses trabalhadores, enfatiza.

“O que foi aprovado foi uma proposta que virou lei complementar. Nem o Sindicato nem os servidores tiveram a oportunidade de opinar.”



Foto: Lenilton Lima

Sindicato e categoria estiveram várias vezes no Gabinete Civil durante o processo de negociação dos Planos

JUCERN

Presidente da JUCERN coloca servidores à disposição de outro órgão, mas a Junta é quem paga a conta

Qual a explicação para se suprimir 13 servidores, de um quadro restrito de 29, para outro órgão, e ainda por cima com ônus financeiro para a Junta?

No último dia 2 de julho, foi publicada no Diário Oficial do Estado uma Resolução Administrativa, encaminhando 13 servidores que foram mandados para casa pelo presidente da Junta Comercial do Estado do RN – JUCERN, que estavam à disposição, para a Procuradoria Geral do Estado

reção do Sinaí denunciou ao Ministério Público Estadual um quadro de assédio moral sofrido pelos servidores da Junta, ocasionado pela política de substituição do quadro efetivo da JUCERN por bolsistas e estagiários.

Processo

Recentemente o Sindicato juntou aos autos do processo que tramita no Minis-

tério Público uma petição apresentando a Resolução Administrativa publicada no Diário Oficial. A resolução reza que os funcionários serão cedidos à procuradoria Geral do Estado com ônus financeiro para a Junta. Após a juntada da petição do Sindicato, a promotora intimou o presidente da JUCERN a se pronunciar acerca do porquê de ter cedido 13 servidores do seu qua-

dro para a Procuradoria com ônus para a Junta.

Explicação

O Sinaí quer saber qual a explicação que Ronaldo Resende tem a dar quando suprimiu 13 servidores, de um quadro restrito de 29, para outro órgão, e ainda por cima com ônus financeiro para a Junta?

Há quase um ano a di-

Artigo

O Governo do Estado e a Prefeitura de Natal destroem, em nome da Copa, o patrimônio da sociedade norterriograndense

Isso mesmo. Destroem o patrimônio do povo do Rio Grande do Norte e de Natal. Para realizar dois ou três jogos da Copa de 2014, vai ser destruído o Estádio de Futebol Machado, o Machadinho e parte do Centro Administrativo do Estado. Uma destruição que se convivessemos numa sociedade

civilizada, não seria feita. O Estádio foi refomado há pouco mais de um ano, tendo a Prefeitura de Natal gastado R\$ 7 milhões. Dinheiro que vai pelo ralo, sem retorno. Mas o desplante começou com a destuição da creche Kátia

Garcia, deixando, durante mais de dois meses centenas de crianças sem escola e dezenas de mães de mãos na cabeça, sem ter onde deixar seus filhos para trabalhar. Isso é um atentado à dignidade. Ainda pior será a destruição de todo o

concreto armado e de tudo o mais ao seu redor, A região de Lagoa Nova vai virar um grande espetáculo de destruição da natureza, além da destruição do patrimônio e do inferno que virará a região durante o período da obra.

Santino Arruda
Sindicalista e presidente do SINAI/RN



Plebiscito**Sinai/RN participa do Plebiscito contra o latifúndio no Brasil**

A Sociedade brasileira terá a chance de acabar com o latifúndio no Brasil durante o Plebiscito Popular pelo Limite da Terra, que ocorrerá entre os dias 01 e 07 de setembro.

Entre os dias 01 e 07 de setembro, toda a sociedade brasileira terá a oportunidade de dizer se é a favor ou contra a concentração de terras no país, ou seja, se concorda ou não com o latifúndio.

Essa é mais uma das lutas sociais que o Sinai/RN se fará presente.

Durante o Plebiscito o Sindicato coletará os votos da categoria através de urnas nos locais de trabalho. Mais informações serão divulgadas no site: www.sinairn.com.br.

Durante o mês de julho, cerca de 100 representantes de entidades, organizações, movimentos e pastorais sociais do campo e da cidade de todos os estados da federação, estiveram reunidos em Brasília para a II Plenária Nacional de Organização do Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra.

No encontro foram aprofundados estudos sobre



a questão fundiária do país, em que os participantes expuseram a realidade de cada região brasileira.

Os estados já estão organizados em comitês compostos por diferentes entidades e organizações. A partir dos comitês estaduais, estão sendo formados os comitês regionais, onde municípios das diferentes regiões também estão sendo inseridos no processo.

Dentre os encaminhamentos da plenária, foi definido o Dia Nacional de Mobilização pelo Limite da Propriedade da Terra, que será realizado no dia 12 de agosto, em memória a mártir Margarida Alves, camponesa assassinada em 1983.

Abaixo-assinado

A população brasileira também é convidada a participar de um abaixo-

assinado que já está sendo circulando em todo país e que continuará após o Plebiscito. O objetivo desta coleta de assinaturas é entrar com um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) no Congresso Nacional para seja inserido um novo inciso no artigo 186 da Constituição Federal que se refere ao cumprimento da função social da propriedade rural.

Além das 54 entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, também promovem o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra, a Assembleia Popular (AP) e o Grito dos Excluídos. O ato ainda conta com o apoio oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic).

Informe Jurídico**CEASA**

Na ação de cumprimento de nº 495/2010, que cobra as perdas salariais no percentual de 5,04%, dos anos de 2007/2008, o Juiz da 2ª Vara do Trabalho de Natal-RN concedeu liminar determinando a incorporação do índice nos salários dos empregados da empresa no mês de julho/2010, retroativo a maio/2008.

IPERN

A Procuradoria Geral do Estado impugnou os cálculos apresentados pelo Sindicato na ação coletiva de nº 01-865/96. A ação cobra a política salarial dos anos de

1991 a 1994. O processo aguarda julgamento.

Já na ação coletiva de nº 01-922/96, que cobra o pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço sobre o abono salarial, relativo ao período de 1991 a 1994, aguarda julgamento no Tribunal Superior Trabalho –TST.

EMPARN

A ação de cumprimento de nº 692/2010, que cobra as perdas salariais no percentual de 5,52%, dos anos de 2007/2008, aguarda julgamento para o dia 06/08/2010, retroativo a março de 2008.

Errata

Na edição do Jornal do Sinai do mês de junho de 2010, na coluna Fique Sabendo, com o título: Abono de Permanência, onde se lê, na questão:

Quais são as exigências para obter o benefício?

Atenção: para cada ano de contribuição, além dos estabelecidos acima, haverá redução de um ano nas exigências relativas à idade. Por exemplo: uma mulher com 31 anos de serviço poderá requerer o abono de permanência com 34 anos.

Favor leia-se:

Atenção: para cada ano de contribuição, além dos estabelecidos acima, haverá redução de um ano nas exigências relativas à idade, desde que o segurado tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998. Por exemplo: uma mulher com 31 anos de serviço poderá requerer o abono de permanência com 54 anos.

Só os servidores estatutários tem direito a receber o abono de permanência